

XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

## **Argentina: Limites e Possibilidades de um País de Vanguarda**

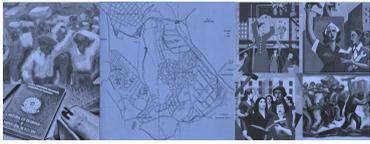
*Argentina: Limits and Possibilities of a Vanguard Country*

Valder Jadson Costa Alves; UFRJ; jadson.alves@ppge.ie.ufrj.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir o desenvolvimento econômico argentino, identificando seus limites históricos e suas possibilidades de superação à luz de um vasto referencial teórico que perpassa pelo Estruturalismo Cepalino e pela Teoria da Dependência. A hipótese central que norteia este trabalho é a de que a fração industrial da burguesia argentina, fortalecida após a crise de 1929, mas enfraquecida no Pós Segunda Guerra, não teve condição política e econômica de levar adiante seu projeto de desenvolvimento nacional, tendo sido forçada a abdicar do mesmo. O resultado deste direcionamento político foi/é o forte processo de desindustrialização pelo qual o país ainda passa e a pressão, por parte da burguesia internacional e dos setores burgueses argentinos ligados a esta, pelo retorno à antiga estrutura econômica primário-exportadora em detrimento das mudanças estruturais pelas quais passou o país ao longo do século XX.

Palavras-chave: Argentina. Desenvolvimento Econômico. Desindustrialização.

ABSTRACT: This article aims to discuss Argentine economic development, identifying its historical limits and its possibilities for overcoming, in the light of a vast theoretical framework that permeates ECLAC Structuralism and Dependency Theory. The central hypothesis that guides this work is that the industrial fraction of the Argentine bourgeoisie, strengthened after the 1929 crisis, but weakened after the Second World War, did not have the political and economic conditions to carry out its national development project, having been forced to relinquish it. The result of this political direction was/is the strong process of deindustrialization that the country is still going through and the pressure, on the part of the imperialist bourgeoisie and the Argentine bourgeoisie sectors linked to it, for the return to the old primary-export economic structure to the detriment of changes through which the country passed throughout the 20th century..



Keywords: Argentina. Economic Development. Deindustrialization.

## Introdução

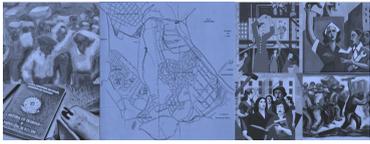
O caso argentino sempre foi de grande interesse para os(as) cientistas sociais latino-americanos(as). No período de consolidação dos países do subcontinente e do modo de produção especificamente capitalista na região, a Argentina foi, de longe, o caso de maior sucesso. Tendo estado entre as dez economias mundiais de maior renda *per capita* no início do século XX, o país esteve à frente de importantes nações da Europa ocidental, tais como Itália e Espanha.

Apesar disso, a acumulação de capital anterior a 1930 não foi capaz de assegurar o pleno desenvolvimento das forças produtivas argentinas no ciclo econômico seguinte, de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Desde a data, a economia argentina cresce em ritmo inferior ao desempenho econômico mundial, aproximando-se cada vez mais da pobreza e da fragilidade das instituições que caracterizam o conjunto das nações latino-americanas.

Essa acumulação de capital anterior, apesar de não ter sido capaz de deslanchar o país na rota do desenvolvimento econômico, contribuiu, ainda assim, para a consolidação do segundo maior parque industrial da América do Sul – terceiro da América Latina – e para que o nível de organização política da classe trabalhadora argentina fosse bem mais avançado em comparação com o restante da região. É por esse caráter pioneiro na política e na economia que o país é adjetivado, neste trabalho, como de vanguarda.

Mas afinal de contas, o que houve com a Argentina? Esta é a pergunta que se fazem todos os(as) cientistas sociais que em algum momento de suas vidas tiveram conhecimento do caso.

As respostas são variadas. De posição geográfica à má gestão político-administrativa, a maioria das respostas embasa-se no referencial teórico-metodológico keynesiano e weberiano. É justamente este motivo que justifica a existência deste trabalho. A ausência de uma interpretação da historiografia econômica



argentina sob o arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético e de suas atualizações, fiéis ao marxismo, desenvolvidas no século XX, a saber: a Teoria do Imperialismo baseada nas obras de Lênin e Rosa Luxemburgo e a Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Este trabalho está dividido em cinco seções além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção é apresentado um breve esboço da Teoria da Dependência. Sua apresentação, ainda que breve, torna-se necessária para o entendimento universal que se pretende.

As seções dois e três tratam da formação econômica argentina e do período primário exportador. Também de modo breve, as duas seções divergem da historiografia dominante ao reconhecer a oligarquia agrária platina como burguesia agrária – e não como uma oligarquia *sui generis*, em acordo com o entendimento dos argentinos Nahuel Moreno (1948) e Sérgio Bagú (1952); e também em acordo com o brasileiro Caio Prado Jr. (1972 [1942]) quando da análise de seu próprio país. Também reconhece o período primário-exportador como progenitor da ISI, em acordo com Raúl Prebisch (1949) e Celso Furtado (1978), mas em desacordo com as interpretações que entendem a industrialização latino-americana como resultado prioritário da ação dos estados desenvolvimentistas. Em outras palavras, o Estado desenvolvimentista é fruto da industrialização em curso e não o seu oposto.

A quarta seção é a que utiliza os conceitos discutidos na primeira seção na análise concreta da industrialização argentina. A quinta seção trata da interpretação da política econômica recente do país também sob a luz do arcabouço teórico apresentado nas seções anteriores. A conclusão trata apenas de resumir o conteúdo apresentado ao longo do artigo.

## **I - A Teoria da Dependência**

Originada no decorrer das décadas de 1960 e 1970 como um aprofundamento crítico das proposições pioneiras do desenvolvimentismo cepalino, a dependência da periferia em relação às economias centrais do capitalismo foi estudada na forma de uma



nova teoria, a Teoria da Dependência, que entendeu a relação centro-periferia nem como perfeitamente antagonista – nacionalismo *versus* imperialismo – e nem como ausente de conflitos – a exemplo do pacto desenvolvimentista aparentemente apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

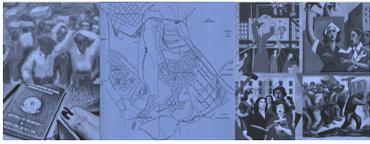
No campo político, o grande avanço da Teoria da Dependência, seja em Ruy Mauro Marini, seja em Fernando Henrique Cardoso, foi entender que em cada período da história da economia mundial recente as potências centrais souberam buscar grupos, ou frações da classe dominante nos países da periferia, sobre os quais puderam se apoiar e constituir suas relações de interesse.

Foi assim ao longo do período colonial, do período primário-exportador e também ao longo da ISI, ainda que neste último período em particular tenha havido uma maior resistência por parte das burguesias industriais latino-americanas, hegemônicas no período, antes de se verem forçadas a cooperar com o imperialismo como sócias menores e abdicarem de seus projetos de desenvolvimento nacional.

Uma vez que as economias periféricas foram conectadas às economias centrais pela colonização e moldadas de acordo com os interesses políticos e econômicos do centro, o desenvolvimento da periferia sempre esteve em segundo plano (FRANK, 1968). Na forma de monopólio comercial no período colonial; de monopólio comercial e financeiro após os processos de independência; e do monopólio do progresso técnico a partir de 1945, a acumulação de capital da periferia esteve constantemente a serviço da acumulação de capital das economias centrais e não de seu próprio desenvolvimento (MARINI, 2013).

A Teoria da Dependência, sobretudo em sua versão marxista, entende a formação histórica da América Latina não como florescimento do capitalismo local, mas como resultado da acumulação de capital do centro (FRANK, *idem*; CARDOSO E FALETTO, 1975). O período colonial correspondeu à acumulação primitiva europeia, já os períodos posteriores corresponderam à acumulação burguesa imperialista (BAMBIRRA, 2015).

A América Latina foi inserida no capitalismo mundial já sob capitalismo comercial, ainda que assentada em modos de produção pré-capitalistas. Seu



desenvolvimento industrial foi fruto das próprias contradições do capitalismo que, primeiro fortaleceu os setores ligados às exportações nos países periféricos e, posteriormente, à industrialização substitutiva de importações face às guerras e a Grande Depressão de 1930 nos centros (FURTADO, 1978).

A industrialização latino-americana, como descrita pioneiramente por Raúl Prebisch (1949), e bem delineada por Maria da Conceição Tavares (1983), se deu de modo distinto da industrialização tida como “clássica” – referente ao processo vivido pelos países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX. Primeiro essa industrialização ocorreu de forma complementar as exportações de produtos primários. Depois se desenvolveu na forma da ISI por se tratar de um processo de industrialização iniciado já na era dos monopólios e dos grandes trustes, era esta denominada por Vladimir Ilich Ulianov (LÊNIN, 2010) de Imperialismo, fase superior do capitalismo.

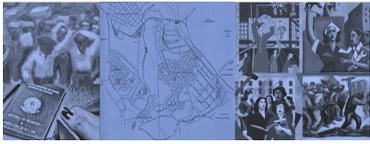
Esta indústria nasce em um mundo já industrializado e oligopolizado. Seus melhoramentos técnicos não foram descobertas suas, mas importados de países cujas forças produtivas já eram mais avançadas. Em outras palavras, o comércio exterior, apesar da baixa que permitiu o fenômeno da ISI, teve papel fundamental na industrialização da América Latina. Primeiro para a concessão da técnica e de parte das matérias-primas industriais ausentes na região, depois para o financiamento dessa mesma indústria recém-nascida (PREBISCH, 1964).

A técnica desenvolvida graças à acumulação primitiva europeia e o comércio mundial, fez com que as sociedades ocidentais da Europa avançassem suas forças produtivas, principalmente no tocante às suas técnicas de produção. Estas sociedades mais avançadas exportaram essas técnicas às regiões de forças produtivas mais atrasadas do globo. Portanto, como amplamente afirmado por Prebisch (1981) e Furtado (1992), uma técnica desenvolvida em um determinado contexto social (Inglaterra, por exemplo) passou a ser utilizada em outro (na Argentina, por exemplo).

A tradição marxista é a única que entende o sistema capitalista como mundial<sup>1</sup>, daí a grande diferença desta corrente com as demais visões metodológicas, ontológicas

---

<sup>1</sup> Referente a uma relação mais complexa, política e econômica, entre as distintas sociedades, não se limitando às trocas relativas ao comércio exterior.



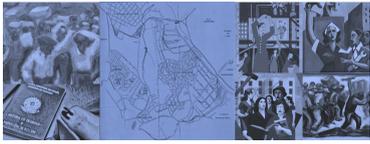
e epistemológicas da Economia Política. O avanço das forças produtivas inglesas do final do século XVIII e início do século XIX não pode ser entendido como um fenômeno restrito ao território nacional da Grã-Bretanha, mas como resultado das relações comerciais, apoiadas pelo uso das forças militares de Estado, existentes no mundo.

Em outras palavras, a fase comercial do capitalismo, que ligou Inglaterra e Índia, Portugal e Brasil, Espanha e México, Holanda e Antilhas, etc. (e de todos esses países entre si), possibilitou primeiro a industrialização britânica, depois europeia e posteriormente de outras regiões do globo. As técnicas são descobertas em um contexto e aplicadas em outros diante da dinâmica do capitalismo mundialmente. Isso não quer dizer que o mundo já estivesse tão conectado no século XVI como está atualmente, mas que o capitalismo nasceu mundial e só amplia esta sua característica inerente ao longo dos séculos. De acordo com Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista de 1848:

Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado. O preço baixo de suas mercadorias é a artilharia pesada com que ela põe abaixo toda e qualquer muralha da China, a arma mediante a qual ela força à capitulação a mais renitente xenofobia dos bárbaros. Obriga, pois, todas as nações a se apropriarem do modo de produção burguês, caso não desejem perecer; força-as a abraçar a assim chamada civilização, ou seja, a se tornarem burguesas. Em resumo, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX & ENGELS, 2012, p. 48)

A melhor forma de entender os conceitos da Teoria Marxista da Dependência é esboçando o ciclo do capital na economia dependente, descrito de modo mais acabado por Ruy Mauro Marini (1979). Marini separa o ciclo em três partes: primeira circulação (C1), produção (P), e segunda circulação (C2), seguindo o esquema analítico de Marx descrito n' *O Capital*.

A primeira circulação (C1) refere-se ao capital dinheiro que será investido na compra dos meios de produção e da força de trabalho. Na economia dependente este capital provém de três fontes: i) capital privado nacional (incluído neste o capital de propriedade estrangeira produzido internamente), ii) o investimento estatal direto (empresas estatais) e indireto (gastos com infraestrutura e subsídios) e iii) o capital



privado internacional na forma do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do investimento indireto (empréstimos bancários e atividade em bolsa de valores que serão usados pelo governo ou empresários nacionais).

Em C1 não importa a origem do capital sob o ponto de vista da produção. A propriedade inicial do capital investido só importará em C2, quando formos analisar a distribuição da mais-valia gerada no processo. Uma vez esboçada as fontes do investimento em C1, agora analisaremos as particularidades da produção (P) na economia dependente.

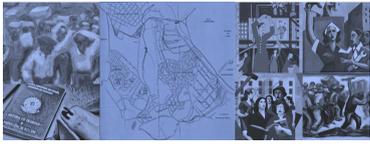
A estrutura produtiva de qualquer nação é composta por diversos ramos e, dentro de cada um deles, as empresas terão composições orgânicas de capital distintas. Estas composições levarão, a partir da taxa de lucro médio de cada ramo e da taxa de lucro médio da economia como um todo, à transferência de mais-valia das indústrias e dos ramos de menor composição orgânica de capital para os de maior composição orgânica.

Outra característica importante da estrutura produtiva de qualquer nação é a divisão setorial esboçada por Marx no livro II d'O Capital (MARX, 2014, seção III, caps. 20 e 21). O setor I é responsável pela produção de máquinas, equipamentos e matérias-primas que serão utilizadas pelo setor II que produz, por sua vez, bens de consumo final. Na industrialização tida como clássica, a indústria inicia suas operações com o setor II, a exemplo da indústria têxtil inglesa.

O desenvolvimento industrial, e das forças produtivas como um todo, leva a necessidade da produção dos bens intermediários (máquinas e equipamentos) que serão necessários para a continuidade, aprimoramento e desenvolvimento de novos bens de consumo. Com o passar do tempo o Setor I (de máquinas e equipamentos) torna-se mais importante que o Setor II (de bens de consumo) na composição da indústria.

Na economia dependente a indústria tende a ficar restrita, ou a demorar-se mais que o esperado, no setor II, uma vez que os bens intermediários de que necessita já existem no mercado mundial, formando parte do comércio internacional da economia dependente com os países do centro, que já desenvolveram seu setor I (MARINI, idem).

Na economia dependente a indústria é composta por pequenas e médias empresas, em geral de propriedade do capital privado nacional, e por grandes empresas,

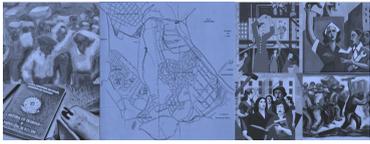


geralmente de capital estrangeiro ou da associação do grande capital nacional com o capital estrangeiro. As grandes empresas têm uma maior capacidade de investimento seja pelo tamanho do seu capital, seja pelos laços que têm com o capital estrangeiro, seja pelo acesso à tecnologia que lhes é facilitada por esses mesmos laços, afinal de contas, o maquinário usado nas indústrias latino-americanas, em geral, já é amortizado pelas indústrias dos países centrais e são de tecnologia já obsoleta em seus lugares de origem (TAVARES, 1983).

A industrialização das economias dependentes ocorreu quando o eixo dinâmico deixou de ser o mercado externo e passou a ser o interno em um período de protecionismos e constituição de barreiras comerciais no mundo. A produção e a circulação dentro da economia dependente tornaram-se, por este motivo, mais importantes que a produção e circulação externas, ainda que profundamente influenciadas por estas. Por exemplo, diante das restrições do comércio exterior próprias do Pós-Guerra, os grandes trustes estrangeiros, ao invés de exportarem diretamente seus produtos industrializados para a periferia, passaram a produzir dentro do território nacional das economias dependentes e auferiram dos mesmos privilégios tarifários das indústrias nacionais (MARINI, 1979).

Entrando no processo de produção propriamente dito da economia dependente, observamos que as pequenas e médias empresas possuem custos de produção maiores que as grandes empresas. Como vimos, esse processo se dá pela composição orgânica de capital inferior que possuem em relação às grandes empresas hegemônicas na dinâmica da economia dependente. Estas grandes empresas, por sua vez, veem grande parte de seu lucro transferido ao exterior sob diversas formas: pelo pagamento de juros por empréstimos feitos, repatriação de lucros no caso do IDE, fretes, direitos de propriedade, assistência técnica, etc.

Com custos de produção maiores que os das empresas hegemônicas, as pequenas e médias empresas da economia dependente são obrigadas a recorrer a uma maior exploração da força de trabalho no tocante a sua intensidade e duração da jornada, ou seja, aumentam a extração de mais-valia absoluta. Isso se dá uma vez que a tecnologia, e



o acesso a ela, já está dada e é regulada pelas relações comerciais com as economias do centro do capitalismo.

Apesar disso, uma vez que o valor da força de trabalho é dado dentro de uma sociedade ou mercado específico, as grandes empresas hegemônicas, sejam elas de capital estrangeiro ou de capital nacional associado ao estrangeiro, também recorrem a esta maior exploração, denominada por Ruy Mauro Marini de “superexploração” da força de trabalho, auferindo assim o que Marini chamou de “superlucro”.

Segundo Marini, esta é a forma que a burguesia da economia dependente encontra para compensar a forte saída de lucro rumo às economias centrais já citadas. Dessa forma aumenta-se, sobremaneira, o exército industrial de reserva<sup>2</sup> e dificulta a organização dos trabalhadores da economia dependente em maior grau quando comparada ao contexto trabalhista do centro do capitalismo.

Outra consequência da introdução de técnicas mais avançadas em contextos sociais mais atrasados é o forte grau de concentração de capital observado nas economias dependentes. Uma vez que só as grandes empresas têm acesso à técnica, ainda que obsoleta em relação ao desenvolvimento tecnológico dos centros, as diferenças de produtividade tornam-se muito díspares. A tendência ao monopólio na periferia é bem mais avançada que a observada nas economias centrais.

O fato da força de trabalho ter sua remuneração abaixo de seu valor na visão dos autores “marinistas”, ou não auferirem dos ganhos de produtividade oriundos da industrialização, faz com que a estrutura produtiva da economia dependente se dissocie das necessidades de consumo da classe trabalhadora. Ela se especializa cada vez mais na produção de mercadorias de consumo consideradas de massas nos países centrais, mas que configuram consumo suntuário nos países dependentes.

Em outras palavras, a superexploração, ou maior exploração relativa, da força de trabalho na economia dependente, corrobora para que a estrutura produtiva nacional se dissocie das necessidades das massas e limite, portanto, o tamanho do mercado interno, especializando a indústria da economia dependente em bens de luxo para aquela

---

<sup>2</sup> Com a importação das chamadas “tecnologias não intensivas em trabalho” ou “poupadoras de mão de obra”, que são uma tendência natural do processo de industrialização na busca pelo aumento de produtividade.



sociedade. É este fenômeno que possibilita o que foi diagnosticado pela CEPAL como economia dual: a presença de um setor industrial moderno, fruto da ISI, responsável pela produção das mercadorias consumidas pela burguesia e pela classe média da periferia, e de um setor “tradicional” responsável pelo consumo da classe trabalhadora.

O setor dito tradicional é aquele que, por não ser o responsável pela dinâmica da economia dependente, recebe pouquíssimo investimento, também se baseia na superexploração da força de trabalho e têm sua margem de lucro bastante limitada devido às dificuldades de realização em seus mercados diante do baixo poder de consumo dos trabalhadores da periferia. No entanto, é este mesmo setor tradicional que possibilita os baixos salários do setor dito moderno.

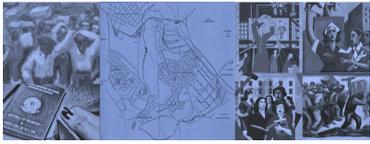
Indo para a segunda circulação (C2) do ciclo descrito por Marini, após a produção, vemos que agora a propriedade do capital investido em C1 importa, pois é o que delineará a distribuição da mais-valia gerada na economia dependente. A massa salarial é deprimida por causa da superexploração da força de trabalho para o fortalecimento da acumulação de capital da burguesia dependente<sup>3</sup>. No entanto, boa parte dessa mesma acumulação é transferida ao exterior na forma de juros, rendas por direito à propriedade, assistência técnica, gasto com frente devido à incipiência das marinhas mercantes da periferia e monopólio das marinhas mercantes estrangeiras, remessas de lucro para as matrizes, etc.

Todo esse expediente contribui para a diminuição do mercado interno da periferia e fortalecimento da acumulação do centro. Presa nesse círculo vicioso, a economia dependente tende a exportação precoce de produtos industriais como forma de manter o seu setor industrial dinâmico<sup>4</sup>. Impedida de expandir seu próprio mercado interno, a economia dependente se vê obrigada a buscar mercados já consolidados de

---

<sup>3</sup> A exemplo da concentração de renda ocorrida durante a década de 1960 no Brasil, sob a Ditadura Militar brasileira, que possibilitou a continuidade da acumulação na década seguinte e o chamado “milagre econômico”.

<sup>4</sup> Precoce no sentido de não poder expandir seu mercado interno ao máximo, como fizeram as economias centrais em seu tempo. Por exemplo, de não passarem por uma reforma agrária que minore a concentração da terra e aumente a produtividade do campo, além de não ser descapitalizada em favor de um centro exterior ao longo do processo de industrialização.



outras nações. É desta necessidade que surge o segundo conceito famoso de Ruy Mauro Marini, o de Subimperialismo.

Uma vez impedida de expandir seu mercado interno dada às características particulares do funcionamento da economia dependente, estes países são obrigados a disputar os mercados externos precocemente. Mas uma vez que todo o mercado mundial já está sob outorga do imperialismo – vide as guerras mundiais entre os países do centro por mercados – as burguesias periféricas entram como sócias menores do imperialismo em mercados já consolidados. O caso clássico estudado por Marini foi o Brasil que funciona, até hoje, como plataforma industrial de exportação – complementar e dependente da industrialização do centro – para a América do Sul e para parte do sul da África.

O capitalismo periférico latino-americano seria assentado, então, na superexploração da força de trabalho, uma vez que a burguesia periférica, espoliada pelo imperialismo, necessita manter uma extração de mais-valia absoluta maior que a do centro para manter sua taxa de lucro. As características específicas de cada país que conformam seus mercados internos, tais como tamanho da população, do território e o nível das forças produtivas prévias, atuaria na desigualdade do desenvolvimento industrial entre os países da periferia e faria com que alguns destes pudessem ter relações imperialistas com outros, abrindo espaço para o conceito de subimperialismo.

Os países subimperialistas seriam dominantes nas relações comerciais com países menores e, como sócios menores das potências imperialistas, conseguiriam também espoliar parte dos países da periferia a partir do comércio desigual e outras políticas de estado também desiguais.

Destacando a importância do tamanho das economias em si, como do mercado interno, afirmam Bertola e Ocampo (2012):

A diversidade nos padrões regionais foi também uma característica destacada de ambas as fases. Alguns dos países de maior desenvolvimento relativo (os do Cone Sul e Cuba) atrasaram-se significativamente, enquanto, por outro lado, os países de maior tamanho, o Brasil e o México, tiveram o melhor desempenho. Que as duas maiores economias tenham sido as de melhor desempenho indica que o tamanho tornou-se um elemento muito importante,



além, obviamente, da relevância que adquiriram os mercados internos.  
(BERTOLA e OCAMPO, 2012, p.152)

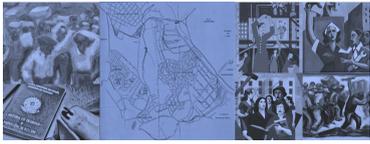
O funcionamento do capitalismo nas economias dependentes, segundo Marini, eleva as contradições do sistema capitalista ao expoente: estrutura produtiva divergente das necessidades das massas, tendência precoce ao monopólio, alta concentração de renda e restrição do mercado interno, além das disputas de mercados externos também precocemente. Vejamos agora como o arcabouço teórico da Teoria da Dependência explica a trajetória do desenvolvimento econômico argentino.

## **II - Formação econômica singular, porém igual**

O atual território argentino compôs o Vice-Reino do Peru até 1776, quando Buenos Aires passou a ser a capital e o porto do recém criado Vice-Reino da Prata. A Argentina foi formada com base nos mesmos moldes dos demais vice-reinos do Estado espanhol: colônia de exploração baseada na força de trabalho escrava ou servidão indígena (MIGUEZ, 2008). Sua menor importância econômica no período e maior distinção para as demais áreas do continente americano é a de que não existia, no território argentino, civilizações aborígenes tão avançadas como as existentes na cordilheira dos Andes (sendo a principal delas o Império Inca) e no platô mexicano (a exemplo dos Maias e Astecas).

As populações autóctones da Argentina, semelhantes às do Brasil, eram composta por povos nômades, pouco numerosos, cujas forças produtivas eram bastante arcaicas. Seu caráter comunal-primitivo dificultava, inclusive, sua escravização ou servidão, diferente tanto dos aborígenes do Império Inca, como dos negros africanos trazidos para a América oriundos de civilizações que já conheciam a propriedade privada e já se dividiam em classes (MEILLASSOUX, 1977).

Para além desta realidade, a descoberta da prata no altiplano andino fez com que os espanhóis se concentrassem na exploração desta região deixando em segundo plano as demais. É importante se ressaltar a relevância do avanço das forças produtivas nas sociedades indígenas do Império Inca. Como observou Celso Furtado para o caso do



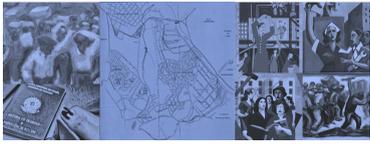
ouro brasileiro, a facilidade que os espanhóis tiveram de encontrar metais preciosos na parte do Tratado de Tordesilhas que lhes coube, se deu graças à tradição metalúrgica dos povos encontrados na região, ou seja, devido ao nível de suas forças produtivas maiores do que das comunidades aborígenes do território português.

[...] No Brasil, a longa demora na descoberta do ouro não se deveu a sua maior escassez. Na verdade, a produção brasileira de ouro do século XVIII foi superior a toda a produção desse metal nas terras espanholas nos dois séculos anteriores. O atraso dos portugueses foi principalmente devido à inexistência de uma tradição de metalurgia aurífera entre os índios das terras brasileiras. Desconhecendo os aborígenes o metal, os portugueses tiveram de descobrir, por conta própria, no vasto território brasileiro, os rios em que se haviam depositado os aluviões auríferos. (FURTADO, 1978, p. 33)

São essas características iniciais do território argentino que influenciaram seu desenvolvimento posterior. O território foi deixado em segundo plano durante quase todo o período colonial. Buenos Aires só veio a ter maior importância quando foi estabelecida como sede do Vice-reino da Prata e teve sua alfândega autorizada pela monarquia espanhola.

Segundo o economista Aldo Ferrer (1970) e o historiador econômico Eduardo Míguez (2008), ao descreverem as atividades do período colonial na Argentina, destacavam-se a produção de gêneros alimentícios e de animais de carga nas províncias do norte para os trabalhadores mineiros do altiplano andino. À semelhança do período colonial brasileiro, as regiões da província de Buenos Aires e da Mesopotâmia argentina, também funcionaram tal como São Paulo em relação à produção aurífera de Minas Gerais, ou tal como o Ceará em relação à produção açucareira do litoral brasileiro nordestino, enquanto economias complementares. A diferença é que a região argentina contou com o porto e o *status* de capital em Buenos Aires, o que atraía a atividade mercantil e fomentava uma maior circulação monetária.

Do mesmo modo que na província cearense, o tipo de atividade da região chamada de “litoral” argentino, a criação de gado, também inviabilizava a prática da escravidão africana, justificando sua presença menor na composição étnica do povo argentino. O sujeito econômico do “gaúcho”, oriundo do final do período colonial argentino, assemelha-se ao vaqueiro do sertão nordestino brasileiro. Caboclos ou



mamelucos utilizados como mão de obra na criação de gado enquanto trabalhadores livres, uma vez que a atividade é incompatível com a escravidão (MIGUEZ, 2008).

O importante de se ressaltar aqui é que a ausência de uma comunidade aborígene tradicional numerosa no território argentino não se deu por um caráter diferenciado de sua colonização, mas de seu atraso econômico do período pré-colonial que não foi capaz de consolidar uma grande população antes do período primário-exportador e da ISI.

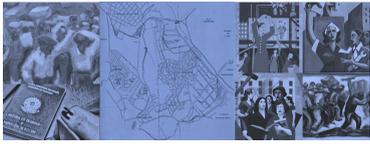
Quanto ao caráter da colonização em si, além de se tratar de uma colônia de exploração como outra qualquer, é importante se ressaltar que a classe dominante da região platina, por mais que pudesse apresentar costumes nobres e títulos nobiliárquicos, tal qual a brasileira, já era, ela própria, a burguesia agrária local. Esta burguesia ficava à mercê dos comerciantes espanhóis, e depois das companhias de comércio das demais potências imperialistas, para a comercialização dos seus produtos nos mercados europeus.

De acordo com Marx, nos Gundersis:

A escravidão reaparece igualmente nas colônias no período da acumulação primitiva, e ainda depois do triunfo do modo de produção capitalista, sem que por isso se possa concluir que existiu um modo de produção escravista nos séculos XVIII e XIX [...]. O fato de que, aos donos das plantações na América, não apenas os chamemos de capitalistas, mas que eles o sejam, baseia-se no fato de que eles existem como uma anomalia dentro de um mercado mundial baseado no trabalho livre. (MARX, 1944a, p.164)

O autor discorre melhor em sua “História Crítica da Teoria da Mais-Valia”:

Aqui é necessário distinguir dois tipos de colônias. No primeiro caso, tratam-se de verdadeiras colônias, como as dos Estados Unidos, Austrália, etc. Nestas, a massa dos colonos dedicados à agricultura, embora tenha enviado à metrópole um capital mais ou menos expressivo, não constitui uma classe capitalista, e sua produção é ainda menos uma produção capitalista. São, em maior ou menor extensão, camponeses que trabalham para si mesmos, e cuja preocupação primordial e fundamental é procurar seu próprio sustento, produzir seus próprios meios de vida, razão pela qual seu produto fundamental não tem caráter de mercadoria, pois não se destina ao comércio. O excedente de seus produtos, após cobrir seu próprio consumo, são vendidos ou trocados por artigos manufaturados de importação, etc. Uma outra parte dos colonos, mais reduzida, estabelecida na costa, nas margens dos rios navegáveis, etc., cria cidades comerciais. Mas suas atividades tampouco podem ser qualificadas, de modo algum, como produção capitalista.



Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram desde o primeiro momento utilizadas para criar especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial – existe um regime de produção capitalista, embora só de um modo formal, pois a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. No entanto, aqueles que se controlam o negócio do tráfico de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nela. Neste caso, o capitalista e o proprietário de terras são uma só pessoa. (MARX, 1944b, p.331-3)

Outro fator de importante demonstração que a sociedade argentina já nasce sob a dominação da burguesia agrária é o regime da terra. De acordo com a última citação de Marx, que diferencia as colônias em dois tipos, cabe aos senhores da terra, *tierratenentes* ou *ganaderos*, a organização da produção assentada no latifúndio, distinto do expediente de camponeses do nordeste e do meio norte estadunidense, por exemplo.

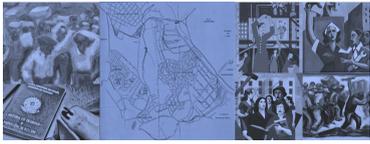
De importância econômica reduzida na Colônia, a realidade argentina mudará por completo ao longo do período primário-exportador graças às suas características físicas, bastante adequadas ao desenvolvimento industrial da *Belle Epoque* europeia, sobretudo inglesa.

### III - Período Primário-Exportador

A segunda metade do século XIX foi a de florescimento mundial do capitalismo, momento de avanço das condições de vida da humanidade por todo o globo. O desenvolvimento industrial esteve a todo vapor consolidando a divisão internacional do trabalho e favorecendo o planeta de conjunto a partir do comércio internacional.

Os países latino-americanos se integraram a esse comércio de acordo com suas características naturais. Ao México coube se integrar com a produção mineral e parcialmente pela agricultura de exportação, ao Brasil e Colômbia pela exportação de café, ao Chile pela de salitre e cobre (FURTADO, 1978). À Argentina coube se integrar primordialmente pela agricultura de exportação e também pela pecuária (FERRER, 1970; MIGUEZ, 2008).

Trigo e carne, produtos amplamente utilizados na cesta de consumo das massas trabalhadoras da Europa, foram os responsáveis pelo grande investimento inglês



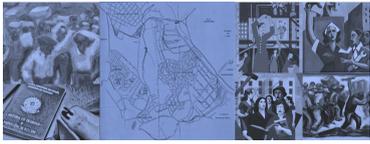
no pampa argentino. Responsáveis pela construção da maior malha ferroviária da América Latina, a produção agrícola expandia-se pelo território nacional argentino e era necessário escoá-la para o porto de Buenos Aires o mais breve possível.

De importância secundária a Argentina tomou o lugar de destaque na América Latina atingindo uma das maiores rendas *per captas* mundiais da época e atraindo grande parte da imigração europeia do período, ficando atrás somente dos EUA e a frente do Brasil neste quesito. Nos censos presentes na obra de Miguez (*idem*) é possível ver como uma população reduzida, estimada em menos de um milhão de habitantes no período colonial, conseguiu atingir a terceira maior população da América do Sul, tendo sido por muitos anos a segunda, se sustentando sobre a imigração em massa, sobretudo, mas não unicamente, europeia, para o país. A imigração europeia argentina não precisou ser planejada ou financiada pelo Estado, tal como ocorreu no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Dado o regime concentrador de propriedade da terra, a urbanização de Buenos Aires logo se desenvolveu como resposta às crises cíclicas da produção agro-exportadora. Com a urbanização cresceu também as indústrias. Descrevendo o aspecto social referente ao aspecto econômico que já havia sido enunciado por Furtado quanto ao início da industrialização latino-americana pré-1930, Cardoso afirma:

Este desenvolvimento obriga, portanto, a uma certa especialização nas formas produtivas da “fazenda”, rompe as formas tradicionais de organização do trabalho (de acordo com elas a fazenda é uma unidade econômica que se auto-abastece) e possibilita que os centros urbanos desenvolvam em seu seio as atividades econômicas necessárias, dirigindo-se agora para um mercado mais amplo. Assim, ao aparecerem os primeiros esforços para um mercado interno, surgem ou se desenvolvem nas cidades novos grupos sociais: artesãos, pequenos comerciantes, profissionais, setores vinculados aos serviços (transportes, bancos, educação, serviços públicos etc.). Em função desse mercado constituem-se os primeiros núcleos industriais, e formam-se, em consequência, tanto uma burguesia urbana como setores operário-populares; assim, em um primeiro momento os grupos sociais urbano-industriais formam-se em consequência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos oponham-se ao deste setor, mas, pelo contrário, torna-se um setor complementar daquele. (CARDOSO E FALETTO, 1975, p.60-1)

Esta industrialização prévia a ISI, formada como consequência da expansão do setor exportador que se desenvolveu mais na Argentina do que em qualquer outro



país latino-americano, não necessariamente auxiliará o país no período posterior da ISI, como veremos na seção seguinte. Ainda assim é importante mencionar mais um detalhe. Como apontado por Ferrér (1970) e por Vânia Bambirra (2015), o comércio bovino e do trigo argentino era feito majoritariamente por casas de comércio estrangeiras, tal como vigorou com o comércio do café brasileiro: produção nacional, comercialização estrangeira.

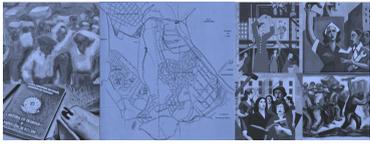
Em outras palavras, todos os modelos, ou estruturas econômicas experimentadas pelos países latino-americanos foram dependentes e funcionava de acordo com as necessidades do centro. A descapitalização ou sucção do excedente por parte do centro foi presente ao longo de toda a historiografia econômica latino-americana.

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a liquidação radical dos modos de produção que o precederam, mas sim sua superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que define constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2015, p.78)

Todas as etapas da história econômica dos países da periferia foram cercadas por relações de dependência. A forma chamada por Bambirra de “capitalista-exportadora”, sinônimo do período primário-exportador, também se realizou com descapitalização das economias dependentes, com a Argentina não foi diferente.

#### **IV - A industrialização do entre-guerras e da segunda metade do século XX**

Se o comércio mundial sofreu de uma interrupção parcial com a Primeira Guerra, a depressão oriunda da crise de 1929 cortou laços abruptamente. No exemplo do caso brasileiro, as exportações de café caíram repentinamente e o Instituto do Café (IC),



falhou em regular a oferta do produto, quebrando logo em seguida com a ausência dos empréstimos estrangeiros que lhe dava sustentação (DELFIN NETTO, 1981).

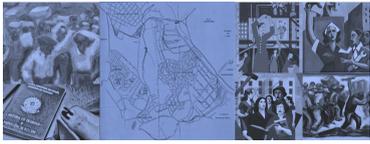
A opção pela industrialização não apareceu como escolha, mas como necessidade. O processo de industrialização por ISI vai assim acontecendo, com aparelhos de Estado ainda muito embrionários. A ideologia econômica até 1930 era o *laissez-faire*. Até mesmo as tentativas de regulação da produção agroexportadora, diante da contínua deterioração dos termos de troca, não eram bem vistas sob o ponto de vista da teoria, porém toleradas na prática (DELFIN NETTO, idem).

Apesar disso, como bem descrito por Maria da Conceição Tavares (1983) para o caso brasileiro, a expansão da industrialização via ISI rapidamente se esgotou e a necessidade de aprofundamento do processo para a indústria pesada requereu não só a tutela, como a ação do Estado. Essa necessidade de maior ação estatal não é sentida de modo abrupto, mas segue o desenvolvimento da própria industrialização. É daí que se pode afirmar, seguindo o materialismo histórico e dialético, que não foi o Estado desenvolvimentista que produziu a ISI, mas a ISI, enquanto realidade material, que produziu o Estado desenvolvimentista.

Uma vez que a infraestrutura econômica passa a moldar a superestrutura social e jurídica da sociedade, Estado e industrialização passam a se determinar reciprocamente em caráter dialético. Ou seja, uma vez que a realidade material requereu a construção do Estado desenvolvimentista, este, ao longo do seu surgimento e desenvolvimento, foi adotando medidas favoráveis a continuidade da industrialização em um processo dialético (MARX e ENGELS, 2009).

Neste ponto, no entanto, o avanço relativo da industrialização argentina jogou peso contrário às mudanças superestruturais em certo sentido. Sem ver-se tão restringida, ou tão carente de produtos industriais como os demais países latino-americanos, dado o seu desenvolvimento industrial prévio, a política industrial de Estado na Argentina virá de modo mais retardado, menos radical em comparação a como se deu em outros países da região. Segundo Fernando Henrique Cardoso:

Evidentemente, para a interpretação deve ser considerado o distinto grau de complexidade e avanço da divisão social do trabalho que os países lograram



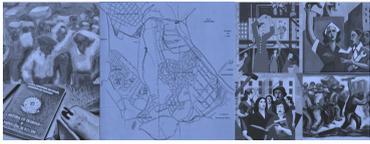
durante o período de expansão para fora, posto que o surgimento de novos grupos sociais e suas possibilidades de atuação estão estruturalmente limitados por ele. Entretanto, a análise comparativa do grau de diferenciação da estrutura produtiva alcançado pela economia argentina durante a década de 1930 e, por outro lado, pelo do Brasil indica claramente que as diferenças, tomadas ao nível puramente econômico, foram relativamente secundárias para explicar a presença de uma política de consolidação do mercado interno e de desenvolvimento industrial. O maior avanço relativo da estrutura produtiva anterior da Argentina não lhe assegurou uma política industrializadora mais audaz que a posta em prática no Brasil, onde se alcançou nos primeiros anos da década de 30 um esquema político-social que, a partir de então, dava mais viabilidade à consolidação do mercado interno, enquanto que na Argentina tais possibilidades não se delinearão antes dos anos 40. (CARDOSO E FALETTO, 1975, p.74)

Cardoso reconhece o avanço da industrialização argentina em relação à brasileira antes de 1930, mas considera que este avanço em nada contribuiu para a política de Estado Desenvolvimentista, uma vez que esta foi mais audaz justamente no país mais atrasado, o Brasil.

Já Vânia Bambirra (idem), seguindo o materialismo histórico dialético, e de acordo com a descrição histórica de Eduardo Miguez (idem) e Aldo Ferrer (idem), explicou que o desenvolvimento maior da manufatura argentina pré 1930 fez com que a mudança do padrão estrutural daquela economia tenha ocorrido de maneira menos radical que a brasileira. No Brasil, o surgimento quase do zero de uma nova e incipiente fração de classe, a burguesia industrial, fez com que, na mudança de contexto econômico e político nacional e internacionalmente, esta fração necessitasse se contrapor com maior radicalização à fração agrária, então dominante.

No caso argentino, de maior desenvolvimento industrial e urbano, sempre que os negócios agrários de exportação entravam em crise (no caso das crises cíclicas comuns do capitalismo), não só a produção do campo voltava-se para o mercado interno, como os próprios capitais agrários, diante das crises de realização externas, migravam para a industrialização e para a urbanização internas, sobretudo de Buenos Aires. Desse modo, não houve na Argentina um confronto entre frações de classes tão agudo como ocorreu no Brasil, seus negócios já eram bem mais heterogêneos que no caso brasileiro.

Não houve, no país do sul, uma ruptura política como a de 1930 no Brasil liderada por Getúlio Vargas. Isso explica, inicialmente, o porquê de se ter demorado

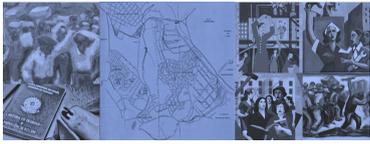


tanto na Argentina para consolidação de um governo popular como foi o de Perón, bem como sua instabilidade. Porém, dado o maior desenvolvimento argentino no período primário-exportador e seu menor exército industrial de reserva relativo, a luta de classes e o grau de organização da classe trabalhadora argentina sempre superaram em muito sua congênere brasileira.

De toda forma, mesmo no caso brasileiro, de um conflito mais antagônico entre as frações da classe dominante, de um mercado interno maior em questão numérica, de um território mais amplo, a burguesia industrial não teve condição de subjugar por completo a fração agrária, como fez a burguesia industrial inglesa nos tempos de David Ricardo. No início do século XIX a pioneira Inglaterra, principal objeto de estudo de Marx, conseguiu a hegemonia política quase absoluta, além de não ter necessitado realizar uma reforma agrária, ao menos não tão radical como fizeram as outras nações de industrialização “clássica”, pelo caráter pioneiro de sua industrialização.

Muito diferente ocorreu com a industrialização da Europa continental e mais ainda com a industrialização da periferia dependente anos mais tarde. Furtado já havia identificado a necessidade de se proteger os negócios de exportação-primária, tanto para manter atrativo o mercado interno para a expansão industrial, como para a obtenção de divisas capazes de importar as máquinas, equipamentos e matérias-primas do exterior. No entanto é Theotônio dos Santos quem melhor revelará a relação de dependência entre as frações de classe da burguesia brasileira:

A sobrevivência do latifúndio no Brasil teve suas raízes em profundas condições estruturais. Uma industrialização baseada na substituição de importações submeteu os interesses da indústria à sobrevivência da estrutura latifundiária exportadora porque o desenvolvimento industrial dependia da exportação agrária. Tal configuração histórica levou a uma conciliação dentro do Estado brasileiro entre os interesses do capitalismo industrial nascente e a velha estrutura latifundiária exportadora, o que permitiu a penetração progressiva do moderno capitalismo no campo sem uma destruição definitiva das velhas relações semi-servis. O resultado deste processo foi que o capitalismo se revestiu de formas atrasadas de produção e o latifúndio se adaptou aos ideais capitalistas, aumentando a exploração interna do campesinato sem destruir totalmente as antigas relações de produção. A manutenção da grande propriedade estimula a agricultura através do aproveitamento de novos sócios; a grande propriedade, impedindo o acesso à terra de milhões de camponeses, estimula o aproveitamento da mão de obra a



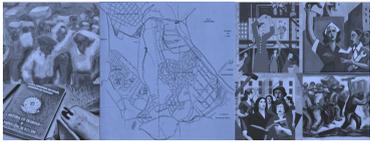
preços baixos, em detrimento da utilização de métodos modernos de produção. Por outro lado, o nível tecnológico do moderno capitalismo industrial, baseado na baixa utilização de mão de obra e na alta utilização de maquinário, não é capaz de absorver a mão de obra liberada do campo. Isso diminui seu impulso revolucionário e sua necessidade de levar a tecnologia moderna à agricultura, que só agravaria o crescimento da população marginal cada vez mais explosiva. (DOS SANTOS, 1972, p.141-2)

A relação não foi diferente para o caso argentino. Na verdade, a única diferença é que, se no Brasil dos anos de 1950 e 1960 a disputa pelo Estado entre as frações agrárias e industriais da burguesia já eram meramente ideológicas, esse quadro já assim se encontrava mais cedo na Argentina.

O capital industrial argentino já mudava de setor com muito mais facilidade que o brasileiro. Com uma população e território menores do que Brasil e México, as potencialidades do crescimento do mercado interno argentino já se mostravam mais difíceis. Como expandir o mercado interno sem fazer reforma agrária e aumentar substancialmente a produtividade do campo? Ao mesmo tempo, como dar resposta aos anseios das ruas que, em plena rota de desenvolvimento industrial, almejavam não somente o controle da inflação (ou reajustes salariais proporcionais), como também o padrão de vida dos países do centro, tão próximo na aparência e tão distante na estrutura? Eis o quadro político e econômico argentino que se mantém até hoje fundamentalmente sobre os mesmos problemas.

As características particulares da Argentina durante sua industrialização limitaram o desenvolvimento do capitalismo dependente mais cedo que no Brasil e no México. Dado a relação dialética entre infraestrutura e superestrutura econômica, não tardou para que a fração industrial, ou o interesse industrial, da grande burguesia argentina fosse posto em segundo plano. Como já mencionado, esse sopro mais curto da fração industrial argentina também se deu pelas limitações físicas do mercado interno do país. A Argentina historicamente apresentou uma população significativamente menor que Brasil e México, apesar da forte imigração, por mais que apresente historicamente, até hoje, uma classe operária mais instruída, mais produtiva e melhor remunerada.

Enquanto que na década de 1970, tanto a ditadura militar brasileira, como a república mexicana, apostavam nos petrodólares e no endividamento externo para continuidade da industrialização de seus países, a Argentina, sob ditadura militar e sob o

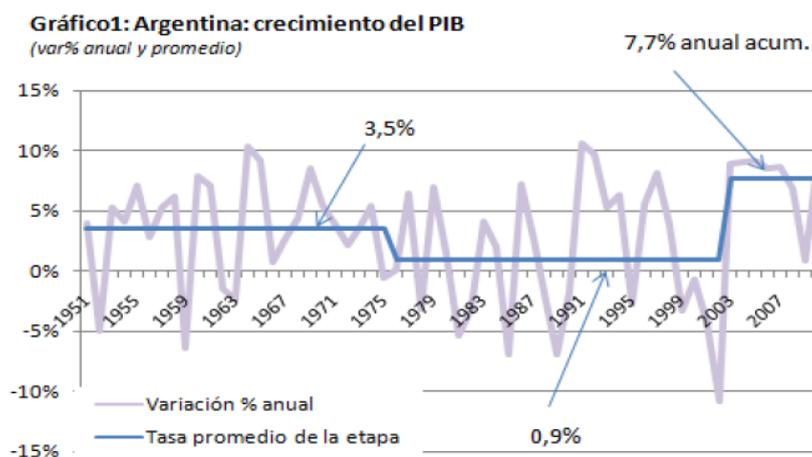


governo de Jorge Rafael Videla, deu início à política econômica neoliberal que significou o primeiro grande golpe no Estado desenvolvimentista argentino. Com a liberalização e desnacionalização mais acentuada da economia, o país esteve desarmado diante dos planos estratégicos das grandes multinacionais estrangeiras.

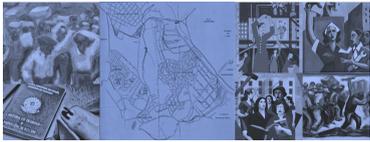
Se, em parte, estas empresas já haviam escolhido Brasil e México, na América Latina, como plataformas de exportação industrial complementar, com o surgimento da industrialização asiática a Argentina viu seu parque industrial diminuir ainda mais e sua economia ser cada vez mais dinamizada, novamente, pelo setor agrário exportador.

## V - Os dias atuais

Em termos estruturais, e seguindo rota similar de desenvolvimento dos demais países latino-americanos, pouco ou nada mudou na economia argentina de lá para cá. Uma forma de acompanharmos essa análise pela base de dados é o gráfico abaixo, retirado de Amico (2013), cujo trabalho compilatório de outras fontes nos permite perceber, em termos de crescimento do PIB, o abandono das estratégias de desenvolvimento por parte do Estado argentino a partir de meados da década de 1970.



Fuente: Ferreres (2005), Cepal e Indec



Em meados daquela década, com a ditadura militar de Videla e a aplicação de uma política econômica neoclássica, o Estado deixou de incentivar o desenvolvimento industrial argentino e se iniciou o processo de privatizações de empresas estatais.

É consenso na literatura de que o período de maior crescimento médio, de 2003 a 2010, apontado no gráfico se deu pelo crescimento das exportações agrárias, sobretudo para o mercado Chinês, ainda que Amico (idem) aponte a importância que teve a dinamização do mercado interno argentino, a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais responsáveis pelo crescimento absoluto<sup>5</sup> da indústria no período.

Raúl Prebisch, por sua vez, partindo do método histórico-estruturalista inerente à CEPAL, foi cada vez mais se convencendo que as leis que regem o “capitalismo periférico” são incapazes de tirar os países latino-americanos das crises cíclicas, cada vez mais fortes, com as quais se deparam. Em artigo de 1981, reconhece as limitações do mercado interno, o poder das multinacionais e as relações de dependência que a periferia tem com as mesmas, ainda que descreva a dependência de modo distinto dos autores da Teoria da Dependência.

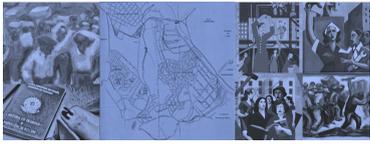
A todo esto, y también en desmedro de la acumulación, se agrega la succión exagerada de ingresos por parte de los centros, especialmente por obra de las transnacionales, en virtud de su superioridad técnica y económica e el poder hegemónico de aquéllas.

Esta insuficiente y frustrada acumulación de capital reproductivo, que se agrava por la tendencia hacia la hipertrofia del Estado y el crecimiento extraordinario de la población, explican primordialmente que el sistema no pueda absorber con intensidad los estratos inferiores de la estructura social y hacer frente a otras manifestaciones de redundancia de fuerza de trabajo. Tal es la tendencia excluyente del sistema. (PREBISCH, 1981, p. 166)

Conclui reafirmando que as leis que regem o capitalismo periférico não dão solução para o problema distributivo, o que só poderia ser alcançado com a transformação do sistema capitalista mundial.

---

<sup>5</sup> Em termos relativos, ou seja, de composição do PIB, a indústria argentina continuou perdendo espaço para os demais setores.



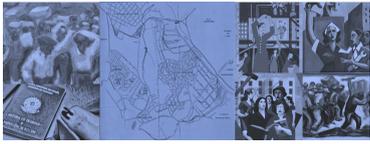
Por donde se mire este problema no tiene solución dentro del sistema, toda vez que se fortalece el poder de redistribución en el curso avanzado del proceso de democratización. O se cae en la espiral inflacionaria, si el compartimiento redundante en aumento de los costos de producción – lo cual, además del trastorno que la espiral trae consigo, vulnera la dinámica del excedente – o se toma directamente una parte del excedente, también con consecuencias dinámicas adversas, que tarde o temprano deberán resolverse con expedientes inflacionarios. Por más que se piense, las reglas del juego del capitalismo periférico no permiten atacar sus dos grandes fallas. Ni su sentido excluyente, que sólo podría corregirse con una más intensa acumulación de capital a expensas de los estratos privilegiados y de los ingresos que se transfieren a los centros, ni su sentido conflictivo que se acentúa cada vez más en el juego irrestricto de relaciones de poder. (PREBISCH, 1981, p. 168)

Partindo de uma base metodológica distinta dos autores da Teoria da Dependência, sobretudo dos marxistas, chegou a conclusões próximas. É importante se destacar que não só a Argentina abandonou sua estratégia desenvolvimentista, Brasil e México também o fizeram nas décadas seguintes de 1980 e sobretudo de 1990 no caso brasileiro. Porém o retrocesso não é apenas estático. Uma vez abandonadas as estratégias de desenvolvimento pelas limitações e contradições próprias do capitalismo – tanto nos autores da TMD como em Prebisch (vide artigo citado de 1981) –, a estrutura produtiva conquistada ao longo do século XX vem sofrendo forte revés.

Com políticas econômicas cada vez mais neutralizadas e com as estratégias desenvolvimentistas cada vez mais rechaçadas pela grande burguesia Argentina, a alternância de poder político revela-se muito mais no caráter distributivo do orçamento do Estado do que em qualquer outra medida, restando à classe trabalhadora lutar contra a destruição de suas conquistas do século passado e pelo avanço democrático, econômico e social do país. Como faz desde o período primário-exportador, a Argentina permanece na vanguarda dos acontecimentos históricos da América Latina. Antecipa na atualidade o futuro dos conflitos entre as classes das demais nações.

## **Conclusão**

Este trabalho buscou apresentar a historiografia econômica argentina sob a metodologia do materialismo histórico dialético. Para tanto se utilizou do referencial teórico do Estruturalismo cepalino e da Teoria da Dependência.



Viu-se na primeira seção que a formação econômica argentina foi similar às demais formações econômicas latino-americanas, com a característica peculiar do desenvolvimento pré-Conquista espanhola ter sido bastante parco. Enquanto economia complementar à da região do altiplano boliviano, a Argentina teve que esperar as mudanças na economia mundial que engendraram o período primário-exportador na América Latina para que atingisse o ápice do desenvolvimento econômico no subcontinente.

Apesar desse caráter complementar/retardatário, a região se integrou, desde o princípio, ao capitalismo mundial em sua fase comercial, com uma burguesia agrária assentada em modos de produção pré-capitalistas. Esta burguesia agrária, por sua vez, sempre foi dependente da burguesia comercial estrangeira, primeiro espanhola, depois, de outros países.

As particularidades geográficas do país fizeram com que este se integrasse à economia mundial, no período primário-exportador, com mercadorias de forte valor e demanda para a industrialização europeia, sobretudo carne e trigo. Esse desempenho extraordinário pré-1930 desenvolveu uma indústria prévia mais forte que nos demais países da região e fez com que a ruptura política e econômica de oriunda da crise de 1929 fosse menos radical.

Ainda assim, com um mercado interno restringido pelas relações de dependência intra-frações de classe (burguesias agrária e industrial), a fração industrial logo perdeu importância política e econômica no país. Primeiro diante da entrada das multinacionais nos setores dinâmicos da industrialização argentina, depois em virtude da própria mudança da economia mundial nas décadas de 1970 e 1980. Impedida de seguir com seu projeto nacional de desenvolvimento econômico, a burguesia argentina limita-se, no campo social, a administrar a crise econômica que, com altos e baixos, permanece desde a década de 1970.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMICO, Fabián. Crecimiento, distribución y restricción externa en Argentina. *Circus, Revista argentina de economía*, N°5, Otoño de 2013.

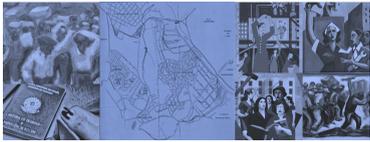


XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.
- \_\_\_\_\_. Teoría de la Dependencia: una Anticrítica. México, DF: Era, 1978.
- BAGÚ, Sergio. Estructura social de la colonia: ensayo de historia comparada de America Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.
- BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdade: uma história econômica da América Latina desde a Independência. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: BIELSCHOWSKY, Ricador (org. e coord.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013, vol 1.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Difel, 1975.
- DOS SANTOS, Theotônio. Socialismo o Facismo: El Nuevo Caracter de la Dependencia y El Dilema Latinoamericano. Buenos Aires: Periferia S.R.L., 1972.
- FERRER, Aldo. La economía argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1970.
- FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Sinal, 1968.
- FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2013.
- \_\_\_\_\_. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes/Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundrisse [1857-1858]. In: MARX, K.; ENGELS, F. Materiales para la historia de América, 1972.
- \_\_\_\_\_. Historia crítica de la teoría de la plusvalía. Tomo II. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1845-1846; trad. Rubens Enderle, Nelio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.
- MEILLASSOUX, Claude. Mulheres, celeiros & capitais. Porto: Afrontamento, 1977.



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

MIGUEZ, Eduardo José. Historia económica de la Argentina: de la Conquista a la crisis de 1930. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

NETTO, Antônio Delfim. O problema do café no Brasil. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PRADO Jr., Caio. Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

\_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREBISCH, Raúl. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. REVISTA DE LA CEPAL, abril de 1981.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro : ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.